



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça

José Rony Silva Almeida

Corregedor-Geral

Carlos Augusto Alcântara Machado

Coordenadora-Geral

Ana Christina Souza Brandi

Ouvidora

Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg

Colégio de Procuradores de Justiça

José Rony Silva Almeida (Presidente)
Moacyr Soares da Mota
José Carlos de Oliveira Filho
Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça
Rodomarques Nascimento
Luiz Valter Ribeiro Rosário
Josenias França do Nascimento
Ana Christina Souza Brandi
Celso Luís Dória Leó
Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg
Carlos Augusto Alcântara Machado
Ernesto Anízio Azevedo Melo
Jorge Murilo Seixas de Santana (Secretário)
Paulo Lima de Santana (Suplente do Secretário)
Eduardo Barreto d'Ávila Fontes

Secretário-Geral do MPSE

Manoel Cabral Machado Neto

Assessor-Chefe do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Eduardo Barreto d'Ávila Fontes

Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

Diretor-Geral: Newton Silveira Dias Junior

Coordenador de Ensino: Newton Silveira Dias Junior

Conselho Superior do Ministério Público

José Rony Silva Almeida (Presidente)
Procurador-Geral de Justiça
Carlos Augusto Alcântara Machado
Corregedor-Geral

Membros

Ana Christina Souza Brandi
Eduardo Barreto d'Ávila Fontes
Paulo Lima de Santana
Manoel Cabral Machado Neto
Secretário

SEQUÊNCIA DOS ÓRGÃOS / PUBLICAÇÕES

1. Procuradoria Geral de Justiça
2. Colégio de Procuradores de Justiça
3. Conselho Superior do Ministério Público
4. Corregedoria Geral do Ministério Público
5. Coordenadoria Geral do Ministério Público
6. Ouvidoria do Ministério Público
7. Procuradorias de Justiça
8. Promotorias de Justiça
9. Centro de Apoio Operacionais
10. Escola Superior do Ministério Público
11. Secretaria Geral do Ministério Público/Diretorias



1. PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

2. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

3. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

4. CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

5. COORDENADORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

6. OUVIDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

7. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)





8. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Promotoria de Justiça de Capela

Portaria de instauração de Inquérito Civil

Portaria Nº 46/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 (dezesesseis) dias do mês de outubro de 2018, através da Promotoria de Justiça da Comarca de Capela, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 22.18.01.0076, em razão da denúncia narrada nas Triagens de Atendimento nº 20/2018 e 21/02018 acerca de registro no sistema CNES do SUS, mesmo após desvinculações da Prefeitura de Capela/Se, caracterizando como se as noticiantes estivessem na ativa.

Capela, 16 de outubro de 2018.

Cláudia Virgínia Oliver de Sá

Promotora de Justiça

Promotoria de Justiça de Capela

Declínio de Atribuição

Declínio de Atribuição - Comarca de Aquidabã/SE

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 (dezesesseis) dias do mês de outubro de 2018, através da Promotoria de Justiça da Comarca de Capela, declinou a atribuição para a Promotoria de Justiça de Aquidabã-SE - declinação para o mesmo ramo, o Procedimento Extrajudicial do Distrito Judiciário de Muribeca abaixo listado, conforme determinação contida na Portaria Normativa do TJ/SE nº 62/2018: Inquérito Civil nº 22.16.01.0020.

Capela/SE, 16 de outubro de 2018.

Cláudia Virgínia Oliver de Sá

Promotora de Justiça

Declínio de Atribuição - Comarca de Aracaju/SE

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 (dezesesseis) dias do mês de outubro de 2018, através da Promotoria de Justiça da Comarca de Capela, declinou a atribuição para a 1ª Promotoria de Justiça do Cidadão Especializada na Defesa do Patrimônio Público da Comarca de Aracaju-SE - declinação para o mesmo ramo, o Procedimento Extrajudicial nº 22.18.01.0047.

Capela/SE, 16 de outubro de 2018.

Cláudia Virgínia Oliver de Sá

Promotora de Justiça





Promotoria de Justiça de Capela

Portaria de instauração de Procedimento Administrativo

Portaria Nº 43/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 (dezesesseis) dias do mês de outubro de 2018, através da Promotoria de Justiça da Comarca de Capela, instaurou o Procedimento Administrativo, tombado no sistema PROEJ sob o nº 22.18.01.0085, em razão do fato narrado no Ofício nº 172/2018, de lavra do Conselho Tutelar de Capela/SE acerca de suposta situação de risco da adolescente T. A. D. S.

Capela, 16 de outubro de 2018.

Cláudia Virgínia Oliver de Sá

Promotora de Justiça

Portaria Nº 44/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 (dezesesseis) dias do mês de outubro de 2018, através da Promotoria de Justiça da Comarca de Capela, instaurou o Procedimento Administrativo, tombado no sistema PROEJ sob o nº 22.18.01.0091, em razão do fato narrado no Termo de Declaração da Senhora Flávia Santos da Silva acerca de suposta situação de risco da criança J. G. D. S.

Capela, 16 de outubro de 2018.

Cláudia Virgínia Oliver de Sá

Promotora de Justiça

Promotoria de Justiça de Capela

Portaria de instauração de Procedimento Administrativo

Portaria Nº 42/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 04 (quatro) dias do mês de outubro de 2018, através da Promotoria de Justiça da Comarca de Capela, instaurou o Procedimento Administrativo, tombado no sistema PROEJ sob o nº 22.18.01.0069, em razão do fato narrado no Ofício nº 151/2018, de lavra do Conselho Tutelar de Capela/SE acerca de infrequência escolar dos filhos da Senhora D. D. O. M.

Capela, 16 de outubro de 2018.

Cláudia Virgínia Oliver de Sá

Promotora de Justiça

Promotoria de Justiça de Capela

Decisão de arquivamento





O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 04 (quatro) dias do mês de outubro de 2018, através da Promotoria de Justiça da Comarca de Capela/Muribeca, arquivou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 22.15.01.0009, tendo em vista que não há elementos que indiquem de forma segura e concreta, a ocorrência de enriquecimento ilícito, dano ao erário ou violação aos princípios constitucionais da administração pública, conforme rezam os artigos 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/1992. Assim sendo, não há como o Ministério Público Estadual promover qualquer medida, administrativa ou judicial, ressalvada a possibilidade de sua reabertura, desde que surjam fatos novos que infirmem as conclusões ora aduzidas.

Capela/SE, 16 de setembro de 2018.

Cláudia Virgínia Oliver de Sá

Promotora de Justiça

Promotoria de Justiça de Capela

Portaria de instauração de Inquérito Civil

Portaria Nº 45/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 (dezesesseis) dias do mês de outubro de 2018, através da Promotoria de Justiça da Comarca de Capela, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 22.18.01.0044, em razão de suposta prática de ato de improbidade administrativa, conforme narrado na manifestação nº 13877-SOB SIGILO, de lavra da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Sergipe.

Capela, 16 de outubro de 2018.

Cláudia Virgínia Oliver de Sá

Promotora de Justiça

Promotoria de Justiça Distrital - São Cristóvão

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA N.º 011/2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, por intermédio da Promotora de Justiça que ao final assina, no uso de suas atribuições legais previstas nos arts. 127 e 128, incisos III, IV e VIII da Constituição Federal, art. 118, incisos III e V e § 1º, alínea "a", da Constituição Estadual, arts. 39, inciso X, e 44, incisos IV e X, alínea "a", da Lei Complementar Nº 02, de 12 de novembro de 1990, resolve baixar a presente PORTARIA e em consequência instaurar INQUÉRITO CIVIL, com fundamento ainda no art. 8º, § 1º, da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, pelos motivos abaixo alinhados:

Trata-se de denúncia formulada pelo Sr. Ícaro Santiago Peixinho Oliveira, na Ouvidoria do MPSE, relatando que seu vizinho tem uma fábrica de farinha, sem licenciamento ambiental, a qual produz fumaça todos os dias, e às vezes queimam pedaços de borracha, plásticos, etc, o que vem prejudicando a saúde de toda a sua família.

Como é dever do Ministério Público proteger o Meio Ambiente Natural, Artificial e Cultural, além de outros interesses difusos e



coletivos, resolve o Parquet instaurar Inquérito Civil e, para tanto, resolve ainda:

1. Nomear para funcionar como escrivã do feito Darly Giulia Santos Andrade, servidora pública, que deverá prestar compromisso legal e, logo em seguida, tomar as providências atinentes a sua função.
2. Inquirir, se necessário, todos os cidadãos que possam esclarecer os fatos objetos desta apuração.
3. Nomear peritos, se necessário.
4. Requisitar a qualquer entidade privada ou pública federal, estadual ou municipal da administração direta ou indireta, informações, documentos e perícias que possam servir de subsídio ou esclarecimento dos fatos denunciados.
5. Acostar ao Inquérito Civil toda a documentação encaminhada a esta Promotoria de Justiça.
6. Publicar cópia no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Sergipe nos termos do art. 9 da Resolução n.º 008/2015 - CPJ.
7. Adotadas as diligências delineadas, voltem-me os autos conclusos para posterior deliberação.

Autuada. Publique-se. Cumpra-se.

São Cristóvão, 09 de outubro de 2018.

Lenilde Nascimento Araújo
Promotora de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Itabaiana

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 68/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 dias de outubro de 2018, através da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itabaiana, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 48.18.01.0019, tendo por objeto suposto uso indevido das verbas de indenização do vereador João Cândido Sobrinho no ano de 2016.

Itabaiana, 16 de outubro de 2018

Amilton Neves Brito Filho
Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Itabaiana

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 74.2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 dias de outubro de 2018, através da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itabaiana, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 48.18.01.0020, tendo por objeto investigar suposto uso indevido de verba indenizatória pelo Vereador Arivaldo de Rezende no ano de 2016.

Itabaiana, 16 de outubro de 2018

Amilton Neves Brito Filho
Promotor de Justiça





1ª Promotoria de Justiça - Itabaiana

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 75/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 dias de outubro de 2018, através da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itabaiana, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 48.18.01.0025, tendo por objeto suposto uso indevido de verbas indenizatórias pelo vereador José Moacir Santana no ano de 2016.

Itabaiana, 16 de outubro de 2018

Amilton Neves Brito Filho

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Itabaiana

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 67/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 26 dias de setembro de 2018, através da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itabaiana, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 48.18.01.0042, tendo por objeto suposta fraude em Processo Licitatório Pregão n. 07/2018 que teve como objetivo a contratação de empresa para fornecimento de merenda escolar.

Itabaiana, 26 de setembro de 2018

AMILTON NEVES BRITO FILHO

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Itabaiana

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 76/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 dias de outubro de 2018, através da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itabaiana, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 48.18.01.0018, tendo por objeto suposto uso indevido de verbas indenizatórias pela vereadora Ivoni Lima de Andrade no ano de 2016.

Itabaiana, 16 de outubro de 2018

Amilton Neves Brito Filho

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Itabaiana

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 78/2018





O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 dias de outubro de 2018, através da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itabaiana, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 48.18.01.0016, tendo por objeto suposto uso indevido de verba indenizatória pelo vereador Paulo Messias Santos no ano de 2016.

Itabaiana, 16 de outubro de 2018

Amilton Neves Brito Filho

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Itabaiana

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 79/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 17 dias de outubro de 2018, através da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itabaiana, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 48.18.01.0006, tendo por objeto suposta irregularidade na aquisição de imóvel de particular para reforma e ampliação do matadouro público municipal.

Itabaiana, 17 de outubro de 2018

Amilton Neves Brito Filho

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Itabaiana

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 77/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 dias de outubro de 2018, através da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itabaiana, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 48.18.01.0026, tendo por objeto suposto uso indevido de verbas indenizatórias pelo vereador José Roberto Oliveira dos Santos no ano de 2016.

Itabaiana, 16 de outubro de 2018

Amilton Neves Brito Filho

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Itabaiana

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 73/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 dias de outubro de 2018, através da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itabaiana, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 48.18.01.0021, tendo por objeto investigar suposto uso indevido de verbas indenizatórias pela vereadora Edilene Barros dos Santos no ano de 2016.

Itabaiana, 16 de outubro de 2018





Amilton Neves Brito Filho

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Itabaiana

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 72/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 dias de outubro de 2018, através da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itabaiana, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 48.18.01.0023, tendo por objeto investigar suposto uso indevido das verbas indenizatórias do vereador John David Torres Mota no ano de 2016.

Itabaiana, 16 de outubro de 2018

Amilton Neves Brito Filho

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Itabaiana

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 71/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 dias de outubro de 2018, através da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itabaiana, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 48.18.01.0024, tendo por objeto suposto uso indevido de verbas indenizatórias pelo vereador Carlos Wagner Ferreira de Santana no ano de 2016.

Itabaiana, 16 de outubro de 2018

Amilton Neves Brito Filho

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Itabaiana

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 70/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 dias de outubro de 2018, através da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itabaiana, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 48.18.01.0017, tendo por objeto investigar suposto uso indevido de verbas de indenização pelo Vereador José Teles de Mendonça, no ano de 2016.

Itabaiana, 16 de outubro de 2018

Amilton Neves Brito Filho

Promotor de Justiça

1ª Promotoria de Justiça - Itabaiana





Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 69/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 dias de outubro de 2018, através da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itabaiana, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 48.18.01.0022, tendo por objeto investigar suposto uso indevido das verbas indenizatórias pelo vereador Roosevelt Alves de Santana no ano de 2016.

Itabaiana, 16 de outubro de 2018

Amilton Neves Brito Filho

Promotor de Justiça

Promotoria de Justiça Especial Cível e Criminal - Itabaiana

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 54/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 dias de outubro de 2018, através da Promotoria de Justiça Especial Cível e Criminal de Itabaiana, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 50.18.01.0012, tendo por objeto apurar as irregularidades apontadas em relatório apresentado pelo Conselho Municipal do FUNDEB dando conta de inconformidades na prestação de contas da aplicação dos recursos do FUNDEB e MDE, referente ao ano/exercício de 2014, pelo Município de Itabaiana.

Itabaiana, 17 de outubro de 2018.

CLAUDIA DO AMARAL CALMON

Promotora de Justiça

Promotoria de Justiça Especial Cível e Criminal - Itabaiana

Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 55/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 dias de outubro de 2018, através da Promotoria de Justiça Especial Cível e Criminal de Itabaiana, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 50.18.01.0013, tendo por objeto apurar as irregularidades apontadas em relatório apresentado pelo Conselho Municipal do FUNDEB dando conta de inconformidades na prestação de contas da aplicação dos recursos do FUNDEB e MDE, referente ao ano/exercício de 2016, pelo Município de Itabaiana.

Itabaiana, 17 de outubro de 2018.

Claudia do Amaral Calmon

Promotora de Justiça

Promotoria de Justiça Especial Cível e Criminal - Itabaiana





Portaria de instauração de Inquérito Civil

PORTARIA n.º 53/2018

O Ministério Público do Estado de Sergipe, aos 16 dias de outubro de 2018, através da Promotoria de Justiça Especial Cível e Criminal de Itabaiana, instaurou o Inquérito Civil, tombado no sistema PROEJ sob o nº 50.18.01.0011, tendo por objeto apurar as irregularidades apontadas em relatório apresentado pelo Conselho Municipal do FUNDEB dando conta de inconformidades na prestação de contas da aplicação dos recursos do FUNDEB e MDE, referente ao ano/exercício de 2013, pelo Município de Itabaiana.

Itabaiana, 17 de outubro de 2018.

CLAUDIA DO AMARAL CALMON

Promotora de Justiça

9. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL - CAOP'S

(Não houve atos para publicação)

10. ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

11. SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO/DIRETORIAS

Diretoria de Recursos Humanos

Extratos de Convênio e Contratos de Estagiários

Acordo de Cooperação

Concedente: Ministério Público do Estado de Sergipe.

Instituição de Ensino: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS.

Objetivo: Proporcionar aos alunos regularmente matriculados na instituição de ensino a realização de estágio não obrigatório, a ser desenvolvido nas dependências da concedente, com a finalidade de preparar o estagiário para o trabalho produtivo.
Vigência: 05 (cinco) anos, a partir de 04 de setembro de 2018.

Aracaju, 16 de outubro de 2018.





José Rony Silva Almeida

Procurador-Geral de Justiça

Diretoria de Recursos Humanos

Extratos de Convênio e Contratos de Estagiários

Acordo de Cooperação

Concedente: Ministério Público do Estado de Sergipe.

Instituição de Ensino: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS.

Objetivo: Proporcionar aos alunos regularmente matriculados na instituição de ensino a realização de estágio obrigatório, a ser desenvolvido nas dependências da concedente, com a finalidade de preparar o estagiário para o trabalho produtivo. Vigência: 05 (cinco) anos, a partir de 04 de setembro de 2018.

Aracaju, 16 de outubro de 2018.

José Rony Silva Almeida

Procurador-Geral de Justiça

Diretoria Administrativa

Avisos de Publicação das licitações

AVISO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 26/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS objetivando contratação de serviço de emissão de certificados digitais SSL com validade de 24 (Vinte e quatro) meses, conforme padrões de segurança constantes nas especificações do Termo de Referência, anexo I do Edital.

SESSÃO DE ABERTURA: 30/10/2018 - HORA: 09:00 h. - Brasília

LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br

TIPO: Menor Preço.

REGÊNCIA LEGAL: Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Leis nº 10.520, de 17/07/2002, 8.666, de 21/06/1993 e LC 123/06, Decreto Estadual nº 26.531/09.

INFORMAÇÕES: Ministério Público do Estado de Sergipe, telefones (79) 3209-2400, ramal 2874, e www.mpse.mp.br

Aracaju/SE, 17 de outubro de 2018.

Juliano Cavalcante Silva

Pregoeiro MP/SE



